

Fernando Henricum e o Senado

Ave, César! Os que vão morrer no aumento do Imposto de Renda te saúdam, na volta de mais um triunfo em terras estrangeiras. O presidente Fernando Henrique Cardoso talvez tenha falado um pouco mais do que desejava ter ouvido em Londres, mas dormir em Buckingham como chefe de Estado não é pouca coisa, mesmo que a viagem tenha sido acertada num ambiente anterior à crise da Ásia e ao pacote brasileiro. É um reconhecimento pelo que o governo já havia feito para realojar o País dentro do planeta. Ser comparado a Júlio César, em latim, deve ter sido o máximo.

O presidente volta a Brasília com mais dois títulos de Doutor honoris causa para pendurar na parede, mas a coleção de problemas internos também vai aumentando, e muito. Enquanto Fernando Henricum visitava a rainha, o Senado – ou melhor, o Congresso – trabalhava para mostrar ao governo que o tempo dos césores passou. Por mais duro que seja o pacote aprovado nas sessões de terça e de quarta-feira, duas medidas oficiais receberam total reprovação: o aumento de 10% para 20% no Imposto de Renda dos fundos de ações e o corte da mesada de um salário mínimo dos idosos carentes e dos deficientes físicos.

A primeira medida bate no pessoal que joga em bolsa e mora na cobertura do edifício social brasileiro; a segunda, é uma crueldade com o pessoal do porão. O fato de terem sido moralmente rejeitadas (tecnicamente elas ainda vigoram, à espera de uma saída legislativa para o arquivo) expõe a curiosa sensibilidade dos nossos congressistas. Ao mesmo tempo, protegem os amigos de classe da bolsa e os eleitores sem bolsa da terceira classe.

A mordida nos velhinhos é uma das idéias mais estúpidas que um burocrata já teve desde o confisco da poupança, em 1990. O governo gasta por mês algo em torno de R\$ 70 milhões, para dar um salário mínimo a quem tem 70 anos e renda familiar per capita inferior a R\$ 30. Incluindo os deficientes, essa população está em 630 mil pessoas, número in-

chado por procedimentos fraudulentos, mas a idéia do governo é outra fraude: suspender a mesada e mandar todo mundo se recadastrar na fila do INSS, como se isso fosse limpar a folha.

Em primeiro lugar, nenhum recadastramento seria capaz de dar a dimensão real da velhice desamparada, sendo feito em postos do INSS distantes do interior e da periferia das grandes cidades. Em segundo, a economia proporcionada pelo recadastramento é uma miragem, mas o sofrimento e a humilhação dos idosos serão verdadeiras.

Transformada em medida provisória por um economista tucano, a idéia é tão ruim que desperdiçou a sensibilidade social do deputado José Lourenço, conhecido liberal. Ele tentou corrigí-la ao relatar a medida provisória, mas não entenderam.

Para os economistas do presidente, pobre é bom quando come frango e engorda estatísticas. O imposto das ações é problema mais sofisticado. Mistura conhecida arrogância a uma insuspeita esportividade nas relações com o Congresso. Um bom e leal deputado de Minas foi passado para trás, mas ficou numa situação tão delicada – assinando o que não leu – que até a solidariedade dos amigos lhe cai mal nessa hora. Todos os dedos apontam na direção do secretário



■ Ricardo Amaral é jornalista

Não haverá um Brutus com um punhal escondido sob o manto para desferir-lhe o golpe de morte

da Receita como autor da trapalhada mas, nesse caso, a solidariedade dos chefes dilui responsabilidades, embaralha apurações e alimenta desconfianças.

Não haverá um Brutus no Senado à espera de Fernando Henricum, com um punhal escondido sob o manto para desferir-lhe o golpe de morte. Os arranhões da semana parecem ter deixado satisfeitos os aliados, pois mostraram que há limites na convivência política, mesmo em se tratando de um Congresso que, noutras circunstâncias, deixou o governo tomar a poupança dos cidadãos. A relação do presidente com seus aliados deve ser mais ou menos estável até a conclusão das reformas administrativa e da Previdência. Mas aí serão os idos de março, tempo de cuidado com os punhais dos amigos.